



Exmo/a Senhor/a
Salva Mais, Lda
Rua António Luís Gomes, nº14, 1495-120 Algés, N.º
14

1495-120 ALGÉS

Outros dados Entidade: 513783040 salvamais@desportomais.pt

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 1866 / 2023	23/02/2023	2023/300.10.005/134	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Aquisição de serviços de nadador salvador para a piscina municipal de Sines

Exmos. Srs.

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que, por despacho do Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, datado de 23/02/2023, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição mencionada em epígrafe, pelo valor de € 14.975,00 (catorze mil novecentos e setenta e cinco euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 3.444,25 (três mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos), o que perfaz o valor global de € 18.419,25 (catorze mil quatrocentos e dezanove euros e vinte e cinco cêntimos).

Assim, ficam V. Exas. notificados para:

1. Que se pronunciem, ao abrigo do art.º 101º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a minuta do contrato aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação e que segue em anexo a esta notificação;
2. Indicar o segundo outorgante do contrato, bem como a qualidade em que outorga, juntando documento que comprove o poder de representação;
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos de habilitação, conforme o art.º 81º do CCP, nomeadamente:



- a) Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na sua redação atual;
- b) Os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:
- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)
